



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA  
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS**

**ANA CAROLINA SILVA GOMES DE SANTANA**

**A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS**

**ARAGUAÍNA (TO)  
2018**

ANA CAROLINA SILVA GOMES DE SANTANA

## **A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e respectiva Literatura da Universidade Federal do Tocantins, para a obtenção do grau de graduado.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Esp. Stefânia Steves da Silva Sena.

ARAGUAÍNA (TO)  
2018

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

D441i De Santana, Ana Carolina Silva.  
A inclusão de alunos surdos nas escolas públicas . / Ana Carolina  
Silva De Santana. – Araguaína, TO, 2018.  
35 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –  
Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Letras - Português,  
2018.

Orientadora : Prof.<sup>a</sup>. Esp. Stefânia Steves da Silva Sena

1. Educação Inclusiva. 2. Libras. 3. Políticas Públicas. 4.  
Comunidade Surda. I. Título

**CDD 469**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de  
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde  
que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime  
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica  
da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

ANA CAROLINA SILVA GOMES DE SANTANA

A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e respectiva Literatura da Universidade Federal do Tocantins, para a obtenção do grau de graduado.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Esp. Stefânia Steves da Silva Sena.

Data de Aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Esp. Stefânia Steves da Silva Sena, Orientadora, UFT

---

Prof.a. Dra. Maria Eleuda de Carvalho, Examinadora, UFT

---

Prof.<sup>a</sup> Msc. Danielle Mastelari Levorato, Examinadora, UFT

Dedico esta monografia, em especial, ao meu esposo, James Gustavo, que com amor me motivou a persistir na jornada da vida acadêmica. Em especial também ao meu avô, Raimundo Coelho (*in memoriam*) que almejava uma profissão para meu futuro, ele teve grande peso em minha decisão de ingressar em uma faculdade. E a todos os demais familiares e amigos, que contribuíram de forma direta e indireta para meu desempenho acadêmico, e, por conseguinte, para a graduação em Letras.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, o único digno de toda honra e toda glória, que esteve sempre ao meu lado fortalecendo minha fé e sabedora para enfrentar as dificuldades surgidas durante o curso.

À minha professora orientadora, Stefânia Steves da Silva Sena, e sua intérprete, Ester, por terem me encorajado a construir este trabalho de conclusão de curso, pela disponibilidade semanal para orientações e propostas sobre o tema que foram de grande valia para o desenvolvimento do mesmo.

À minha avó, Raimunda Batista, e à minha tia, Raimunda Coelho, a quem tenho um amor imensurável e uma infinda gratidão por, desde criança, priorizarem meus estudos e encorajarem meus sonhos. Sem vocês nada disso seria possível. Este trabalho é por vocês.

Aos meus pais, Ivone da Silva e José Batista, que sempre estiveram em meus pensamentos, me fazendo superar as horas de desânimo e cansaço. Vocês também fazem parte deste momento tão importante da minha vida, pois sei que a realização desta monografia faz parte dos sonhos que sonharam para mim.

Não poderia deixar de citar os nomes de amigas que foram de suma importância para que eu chegasse até aqui. Minhas amigas de curso, Ana Maria, Ellen, Geusa Barros, Irismar, Marcela Assis, Sara e Weslane, que foram sempre solícitas e companheiras no decorrer da vida acadêmica. A vocês, minha gratidão. Esta graduação não seria a mesma sem vocês. Que nossa amizade siga da faculdade para a vida.

Um agradecimento especial também a todos os professores da Universidade, que me inspiraram a seguir uma profissão enobrecedora que é ser professora. Tive o mérito de ser instruída por grandes homens e mulheres que serão lembrados por mim com muita admiração. Obrigada a todos!

“Só se vê com o coração. O essencial é invisível para os olhos.”  
(Antoine de Saint-Exupéry)

## RESUMO

O objetivo desta monografia é demonstrar a necessidade da utilização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nas escolas públicas como primeira língua (L1) para a formação do aluno surdo em seu aprendizado, e verificar se elas estão capacitadas para educar estes alunos de forma inclusiva, de acordo com os direitos assegurados pela Constituição Federal. Para se fazer compreender o surgimento dos preconceitos ao redor da comunidade surda, apresentamos previamente uma parte da história da educação dos surdos: a trajetória da educação desde os períodos medievais até a contemporaneidade, as lutas conquistadas perante a sociedade, com enfoque na educação, e como ocorreu a inserção do surdo nas escolas até os dias atuais. A escolha deste tema ocorreu após refletirmos sobre a importância de uma educação de qualidade para todos. Para o surdo, ela só é possível através da Libras. A capacitação em Libras seria o meio mais adequado para a inclusão em sala de aula. Esta pesquisa foi realizada por meio de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa reflexiva, na qual foi analisado que, nos dias atuais, a área da educação necessita de aperfeiçoamento em suas políticas públicas a respeito da educação inclusiva, pois deixam a desejar em sua efetividade.

**Palavras-chave:** Libras, Educação, surdo, inclusão.



## **ABSTRACT**

The objective of this monograph is to demonstrate the need to use the Brazilian Sign Language (LIBRAS) in public schools as the first language for the formation of the deaf student in their learning, and whether they are able to educate these students in an inclusive manner in accordance with the rights guaranteed by the Federal Constitution. In order to understand the emergence of prejudices around the deaf community, we have previously presented a part of the history of the education of the deaf. The trajectory of education from the medieval periods to the contemporary, the struggles conquered before society, with a focus on education, and how the insertion of the deaf in schools to the present occurred. The choice of this topic occurred after reflecting on the importance of quality education for all. For the deaf this is only possible through the Libras. And the empowerment in Libras would be one of the most appropriated mean for inclusion inside the classroom. This work was carried out through a bibliographical, qualitative and reflexive research, in which it was analyzed in this material that in the present day, the area of education needs improvement in its public policies regarding in inclusive education, because they leave to be desired in its effectiveness.

**Keywords:** Libras, Education, deaf, inclusion.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ART – Artigo

FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos

INJS – Instituto Nacional de Jovens Surdos

L1 – Primeira Língua

L2 – Segunda Língua

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

LS – Língua de Sinais

LSF – Língua de sinais francesa

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

TILS – Tradutor Intérprete de Língua de Sinais

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNESCO – A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 01 ASPECTOS HISTÓRICOS DOS SURDOS .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 02 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E ASPECTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>18</b>
<b>2.1 Contextualização da pesquisa.....</b>	<b>19</b>
<b>CAPÍTULO 03 EDUCAÇÃO DO SURDO NO BRASIL.....</b>	<b>21</b>
<b>3.1 Congresso de Milão 1880.....</b>	<b>22</b>
<b>3.2 Legislação.....</b>	<b>23</b>
<b>CAPÍTULO 04 INSERÇÃO DO SURDO NAS ESCOLAS.....</b>	<b>25</b>
<b>4.1 Formação do intérprete.....</b>	<b>26</b>
<b>4.2 Formação do professor.....</b>	<b>28</b>
<b>4.3 Educação bilíngue.....</b>	<b>29</b>
<b>CAPÍTULO 05 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>31</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>32</b>

## INTRODUÇÃO

Surgem, a cada dia, novos debates sobre a inclusão de alunos surdos nas escolas regulares da rede pública de educação, que ainda é um grande desafio. Diante disso, o presente trabalho visa apresentar alguns aspectos da realidade dos alunos surdos nas escolas públicas, tendo em vista o direito à educação para todos, assegurado pela constituição, que busca assegurar a cada pessoa, o direito de ter condições em vida para aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Garantindo o direito de trabalhar e viver dignamente.

O objetivo desta monografia é demonstrar a necessidade da utilização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nas escolas públicas como primeira língua (L1) para a formação do aluno surdo em seu aprendizado e desenvolvimento, como sujeito no meio social. Nos levando a questionar: Os alunos surdos recebem nas escolas uma educação especial conforme suas necessidades? Se a educação é para todos, porque não ter uma comunicação adequada (que é a Língua de Sinais) para os surdos?

É necessária uma reflexão sociocultural sobre a problemática que cerca a inclusão de alunos surdos nas escolas da rede pública de educação. Defender a importância de um ensino bilíngue, com uso da Libras e do português, na prática pedagógica dos professores que atuam em salas de aula com alunos surdos em turmas de escolas públicas e (re) descobrir a inclusão do surdo na educação.

O fundamento da escolha deste tema se deu a partir do primeiro contato da pesquisadora com a Libras na universidade, em que despertou uma reflexão sobre a necessidade de aprimorar os conhecimentos para a instrução de futuros alunos surdos nas escolas públicas. Ratificou-se, após uma experiência vivida no quarto estágio obrigatório do curso de Letras em uma turma de 1ª ano do Ensino Médio em uma escola pública de Araguaína -TO, onde havia um aluno surdo na sala de aula. Em vários momentos, a autora sentiu-se despreparada e incapacitada para ministrar as aulas e esclarecer as dúvidas do aluno surdo, devido a inabilidade na comunicação.

A língua é meio de socialização, interação e comunicação. Partindo desse pressuposto, vemos a importância da relação entre aluno e professor no desenvolvimento do ensino e aprendizagem na perspectiva do aluno surdo na sala de aula, isso só será possível por meio da Libras como meio efetivo da inclusão.

Para a coleta de dados utilizou-se artigos científicos, livros e materiais de domínio público, como trabalhos de conclusão de curso, revistas e teses. Priorizamos estudos relacionados aos direitos dos surdos com foco especial na educação pública.

Por conseguinte, este trabalho foi dividido em 4 capítulos, seguindo as linhas de pensamento das autoras Silvana Elisa de Moraes Schubert, Karin Strobel e Claudia Balieiro Lodi, que abordam em suas pesquisas a temática do uso da Libras nas escolas públicas como meio de inclusão dos alunos surdos. Sobre as disposições dos capítulos, no capítulo 01, intitulado *Aspectos históricos dos surdos*, objetivamos contextualizar o leitor da historicidade da comunidade surda e o uso da língua de sinais. No capítulo 02 denominado *Aspectos metodológicos*, apresentamos o contexto da pesquisa bibliográfica e qualitativa, agregando o posicionamento dos autores em relação à temática abordada.

No capítulo 03 designado *Educação do surdo no Brasil*, procuramos discorrer sistematicamente sobre a educação pública brasileira e as leis que foram homologadas a favor da comunidade surda, como garantia da lei primordial na constituição de que a educação deve ser garantida para todos.

No capítulo 04 intitulado *Inserção do surdo nas escolas*, explanamos sobre a importância do ensino bilíngue, o uso da Libras e do português na educação escolar brasileira, a formação do professor e a importância do intérprete.

## CAPÍTULO 01 – ASPECTOS HISTÓRICOS DOS SURDOS

A educação dos surdos passou por diferentes períodos históricos. Por não conter registros oficiais sobre o surgimento do primeiro surdo, há algumas versões sobre a história dos surdos. Alguns fatos registrados constam que eram povos discriminados, considerados deficientes e, em alguns períodos históricos, em Roma, por exemplo, eram intitulados como pessoas enfeitiçadas, conforme menciona STROBEL (2009): “Na Grécia, os surdos eram considerados inválidos e muito incômodo para a sociedade, por isto eram condenados à morte” (p. 18). Por muitos anos, essas pessoas foram escravizadas, abandonadas e mortas. Ainda segundo a autora:

Na Roma não perdoavam os surdos porque achavam que eram pessoas castigadas ou enfeitiçadas, a questão era resolvida por abandono ou com a eliminação física – jogavam os surdos em rio Tíger. Só se salvavam aqueles que do rio conseguiam sobreviver ou aqueles cujos pais os escondiam, mas era muito raro – e também faziam os surdos de escravos obrigando-os a passar toda a vida dentro do moinho de trigo empurrando a manivela. (2009, p. 17).

Contudo, em outras partes do mundo como no Egito, os surdos eram tratados com respeito, considerados criaturas privilegiadas enviadas pelos deuses. Acreditava-se que eles se comunicavam com os deuses em segredo (STROBEL, 2009). Ao refletirmos sobre a inclusão não só apenas dos surdos, mas também dos demais povos rotulados de “deficientes”, nos leva a questionar a forma que a sociedade valoriza o indivíduo. Como considera SCHUBERT (2015):

A sociedade valoriza mais o desempenho do que o indivíduo, pois valoriza a produtividade e preocupa-se com seus lucros em termos gerais, portanto não dá oportunidades significativas àqueles que ela entende e vê como incapazes e improdutivos. (p.78).

A partir desta fala de Schubert, fica notável que se faz necessário gerar oportunidades para os surdos mostrarem que são dotados de conhecimentos e capacidades intelectuais, eles precisam ser respeitados e ter garantida a oportunidade de inclusão na sociedade. Para que, dessa maneira, usufruam os direitos conquistados ao longo da sua história, possibilitando o acesso à educação, emprego, saúde e moradia, como defende a lei 8.069 de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990).

Direito assegurado sem restrição a nenhum tipo de deficiência, tendo em vista a educação para todos. Diante do histórico de exclusão dos surdos, vale ressaltar que esta lei precisa ser praticada em todo território brasileiro, pois, tão importante como a aprovação da lei é a sua prática.

A discriminação e a exclusão dos surdos se estenderam da idade antiga até a idade moderna, quando surgiram pessoas que contribuíram consideravelmente para a história dos surdos. Entre elas está o monge que se preocupou com a educação de surdos ricos e nobres da corte e teve a iniciativa de criar a primeira escola para surdos e para professores de surdos. STROBEL afirma que:

Beneditino Pedro Ponce de Leon (1510-1584), na Espanha, estabeleceu a primeira escola para surdos em um monastério de Valladolid, inicialmente ensinava latim, grego e italiano, conceitos de física e astronomia aos dois irmãos surdos, Francisco e Pedro Velasco, membros de uma importante família de aristocratas espanhóis; Francisco conquistou o direito de receber a herança como marquês de Berlangar e Pedro se tornou padre com a permissão do Papa. Ponce de Leon usava como metodologia a dactilologia, escrita e oralização. Mais tarde ele criou escola para professores de surdos. Porém ele não publicou nada em sua vida e depois de sua morte o seu método caiu no esquecimento porque a tradição na época era de guardar segredos sobre os métodos de educação de surdos. (2009, p. 19).

Esta iniciativa se deu pelo interesse de que os irmãos obtivessem o direito de receber a herança da família, pois não era possível por não serem considerados pessoas. Os surdos não tinham esse reconhecimento perante a sociedade, “(...)o Surdo não era considerado humano, pois a fala era resultado do pensamento. Logo, quem não pensava não era humano.” Sobre o ensino que desenvolveu com os surdos, há relatos de que seus alunos foram “(...) pessoas importantes que dominavam Filosofia, História, Matemática e outras ciências, o que fez com que o trabalho de Leon fosse reconhecido em toda a Europa.” (HONORA; FRIZANCO, 2009, p. 20).

Ponce de Leon não chegou a publicar os métodos utilizado para a oralização dos surdos, pois seguia a tradição da época de manter em sigilo os métodos utilizados, os quais caíram no esquecimento após sua morte. (SCHUBERT, 2015).

No século XVI, Gerolamo Cardano teve uma importante contribuição à história dos surdos. Médico italiano, matemático e astrólogo, foi um dos primeiros educadores de surdos. Ao que tudo indica, seu interesse se deu após seu primeiro filho nascer

surdo. “Cardano afirmava que a surdez não impedia os Surdos de receberem instrução. Ele fez tal afirmação depois de pesquisar e descobrir que a escrita representava os sons da fala ou das ideias do pensamento.” (HONORA; FRIZANCO, 2009, p. 20).

Cabe salientar que a educação da maioria dos surdos se dava em escolas em regime de internato e muitos deles sofriam torturas, como relata Padden e Humphries na obra de GESSER (2009):

Padden & Humphries (1988) mostram que as escolas, em sua grande maioria, proibiam o uso da língua de sinais para a comunicação entre os surdos, forçando – os a falar e a fazer leitura labial. Quando desobedeciam, eram castigados fisicamente, e tinham as mãos amarradas dentro das salas de aula. (p. 25).

Diante de relatos como este, notamos a tentativa de inferiorizar a língua de sinais, em uma trágica atitude de trazer o surdo para o ambiente de comunicação do ouvinte, ao invés de reconhecerem sua diferença e buscar meios de adaptar o ensino para inclusão dos alunos surdos.

Outra figura importante neste período histórico da educação foi Bonet, nomeado Marquês por Henrique IV pelo seu desempenho na educação, como Ponce de Leon, instruiu outro membro surdo da família Velasco (STROBEL, 2009).

HONORA e FRIZANCO afirmam em seu livro que ele foi considerado:

(...) um dos primeiros preceptores de Surdos, criou o primeiro tratado de ensino de surdos-mudos que iniciava com a escrita sistematizada pelo alfabeto, que foi editado na França com o nome de *Redação das Letras e Artes de Ensinar os Mudos a Falar*. Bonet foi quem primeiro idealizou e desenhou o alfabeto manual. Ele, em seu livro, destaca como ideia principal que seria mais fácil para o Surdo aprender a ler se cada som da fala fosse substituído por uma forma visível. (2009, p. 20).

Bonet foi um dos primeiros a publicar a metodologia usada para a oralização dos surdos e criou o alfabeto manual com o intuito de que o surdo aprendesse a relacionar as letras com uma figura visual.

É válido ressaltar que, no decorrer do trabalho, ao surgir o termo surdo-mudo, deve ser levado em consideração como termo utilizado naquela época, mas que atualmente caiu em desuso por ter uma carga pejorativa relacionada à deficiência. “(...) Os surdos não se consideram deficientes, mas distintos detentores de uma língua diferenciada e específica conhecida como Libras.” (CARMOZINE; NORONHA, 2012, p. 30).



A história dos surdos foi marcada por muita crueldade e abandono. Passou por um longo período de imposição do oralismo em que os educadores da época procuravam uma forma de “consertar” essas pessoas. Os surdos eram forçados a emitir sons mesmo sem ouvi-los e, quando não conseguiam, eram castigados ou até mortos por seus próprios familiares. Amman foi um grande influenciador do oralismo, como cita SCHUBERT (2015):

Johann Conrad Amman (1669 - 1724) formou-se em medicina em 1687 e no exercício da profissão se deparou com pessoas surdas; após o contato, renunciou à medicina para dedicar-se à educação pedagógica dos surdos; considerando importante que os surdos associassem cada som aprendido com a imagem escrita, então, investiu em estudos que aperfeiçoaram os procedimentos de leitura labial através do uso de espelhos; fazendo com que seu uso não só propiciasse a imitação dos movimentos da linguagem oral, como fazia também com que percebessem as vibrações da laringe através do tato. Este processo adquiriu importância no ensino de surdos perdurando até os dias atuais; Amman, foi considerado o pai do oralismo(...). (p.97).

Como já mencionado acima, ele fez parte dos educadores de surdos que defendiam o ensino e aprendizagem para os surdos por meio da oralidade. Visando a integração dessas pessoas na sociedade. Em relação a essa imposição, há um outro grande contribuinte para a história dos surdos, conhecido como o pai do método alemão, que fundou a primeira escola de oralismo, Heinicke. Em seu livro, STROBEL aponta que:

Samuel Heinicke (1729-1790) o “Pai do Método Alemão” – Oralismo puro – iniciou as bases da filosofia oralista, onde um grande valor era atribuído somente à fala, em Alemanha. Samuel Heinicke publicou uma obra “Observações sobre os Mudos e sobre a Palavra”. Em ano de 1778 o Samuel Heinicke fundou a primeira escola de oralismo puro em Leipzig, inicialmente a sua escola tinha 9 alunos surdos. Em carta escrita à L’Epée, o Heinicke narra: “meus alunos são ensinados por meio de um processo fácil e lento de fala em sua língua pátria e língua estrangeira através da voz clara e com distintas entonações para a habitações e compreensão. (2009, p. 21).

Nesta escola, os alunos eram forçados a falar para serem vistos como pessoas e conquistarem seus direitos perante a sociedade, como herança, voto, receber a comunhão e casar (que só era permitido com o consentimento do papa).

A igreja católica teve uma forte influência em fortalecer a discriminação das pessoas com deficiência “(...) já que para ela o homem foi criado a ‘imagem e semelhança de Deus’. Portanto, os que não se encaixavam neste padrão eram postos a margem (...)” (HONORA; FRIZANCO, 2009, p. 19). Havia interesses econômicos envolvidos na história da educação dos surdos. A igreja convidava monges

enclausurados (que criaram uma linguagem gestual para não quebrarem o rígido voto do silêncio) para instruírem os surdos nobres e assim não colocar em risco toda a riqueza da família. Para isto, ocorria que muitos casavam com membros da própria família para assim não dividirem a herança com estranhos.

Com o interesse da igreja em educar os surdos, garantia-se a contribuição à casa de Deus, como afirmam HONORA e FRIZANCO (2009):

A Igreja Católica tinha grande influência na vida de toda sociedade da época, mas não podia prescindir dos que detinham o poder econômico. Portanto, passou a se preocupar em instruir os Surdos nobres para que o círculo não fosse rompido. Possuindo uma língua, eles poderiam participar dos ritos, dizer os sacramentos e, conseqüentemente, manter suas almas imortais. Além disso, não perderiam suas posições e poderiam continuar ajudando a Santa Madre Igreja. (p. 19).

Apesar da motivação da igreja ter sido um ponto de partida negativo em relação ao interesse pela minoria daquela época, foi um pontapé inicial para a integração e educação dessa comunidade.

Uma pessoa muito conhecida e importante na história da educação dos surdos foi Abade Charles Michel de L'Épée (1712-1789) que conheceu duas irmãs gêmeas surdas que se comunicavam através de gestos. A partir de então, manteve um contato com pessoas surdas carentes que vagavam pelas ruas de Paris no intuito de aprender da comunicação utilizada entre elas e dar início a um sério estudo sobre a língua de sinais. Recebeu muitas críticas de educadores oralistas pelo trabalho que desenvolvia, pois em sua própria casa procurava ensinar aos surdos combinações de sinais e gramática da língua francesa, que denominou "Sinais metódicos". (STROBEL, 2009, p. 22). Complementando sobre sua trajetória:

Todo o trabalho de Abade L'Épée com os surdos dependia dos recursos financeiros das famílias dos surdos e das ajudas de caridades da sociedade. Abade Charles Michel de L'Épée fundou a primeira escola pública para os surdos "Instituto para Jovens Surdos e Mudos de Paris" e treinou inúmeros professores para surdos. O Abade Charles Michel de L'Épée publicou sobre o ensino dos surdos e mudos por meio de sinais metódicos: "A verdadeira maneira de instruir os surdos-mudos", o abade colocou as regras sintáticas e também o alfabeto manual inventado pelo Pablo Bonnet e esta obra foi mais tarde completada com a teoria pelo abade Roch-Ambroise Sicard. 1789 Abade Charles Michel de L'Épée morre. Na ocasião de sua morte, ele já tinha fundado 21 escolas para surdos na França e na Europa. (STROBEL, 2009, p. 22).

L'Épée, ao contrário do que muitos pensam, não foi o criador da LS (Língua de Sinais). Ele aprendeu com a comunidade surda, organizou e criou regras para a

língua. Sua escola foi a primeira a formar professores surdos, receber doações e apoio do público (SCHUBERT, 2015).

Vale mencionar que Cardano foi um importante contribuinte para o reconhecimento das habilidades dos surdos em desenvolver a aprendizagem. Ele afirmava que a surdez e a mudez não eram um impedimento e que a escrita era o melhor meio para que pudessem aprender, e ainda complementava que era um crime não instruir um surdo-mudo. (STROBEL, 2009). Ele foi um dos estudiosos que reconheceu a capacidade de aprendizado dos surdos, como afirma SCHUBERT:

Cardano abriu possibilidades de educação para os surdos, desenvolveu investigações para verificar o aproveitamento da condutibilidade óssea; e através desses estudos afirmou que os surdos eram capazes de adquirir conhecimentos através da escrita, considerando que a escrita poderia representar os sons da fala, ideias e pensamentos. Cardano reconheceu publicamente que os surdos possuem habilidade de raciocínio e a escrita deveria ser considerada como representação do pensamento e da fala para o surdo, assim sendo a surdez não poderia ser vista como empecilho para a aquisição da aprendizagem. (...) (2015, p. 96).

Mesmo depois de tantos direitos conquistados, a concepção que as pessoas têm até hoje é a de que os surdos precisam ser “tratados”, “curados”. Concepções essas que marcaram e, infelizmente, ainda marcam o preconceito de que pessoas surdas são incapazes e que só podem obter sucesso na sociedade se utilizarem implantes cocleares ou próteses auditivas.

Um termo que geralmente é visto como comum, mas é extremamente preconceituoso, é o surdo ser chamado de “mudinho”. Ainda há, nos dias atuais, pessoas que utilizam o termo surdo-mudo sem perceber que a mudez não tem nenhuma relação com a surdez, pois os surdos teriam que apresentar alguma deficiência no aparelho fonador, o que, na maioria dos surdos está perfeitamente formado, eles só não desenvolvem a fala por não poderem ouvir nitidamente como os ouvintes. Como citam CARMOZINE e NORONHA (2012):

O fato de a pessoa ser surda em nada lhe caracteriza a mudez, são déficits diferentes que envolvem processos completamente diferenciados. Ser surdo-mudo significa que a pessoa, além de ter uma perda auditiva ou uma surdez, também apresenta mudez, ou seja, ausência de fala ou vocalização, o que não se aplica aos surdos. (p.83).

No capítulo seguinte iremos abordar sobre a metodologia utilizada para o embasamento desta pesquisa.

## CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa tem como objetivo uma análise reflexiva sobre a realidade educacional com foco na educação do surdo. Para a elaboração desta monografia, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo como instrumento para refletir sobre questões como ouvintes e surdos, incluídos e excluídos, leis e direitos. Uma pesquisa é considerada bibliográfica:

(...) quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Em relação aos dados coletados na internet, devemos atentar à confiabilidade e fidelidade das fontes consultadas eletronicamente. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar. (PRODANOV, 2013, p.54).

Esta se encaixa no tema por ter havido previamente um levantamento de autores que abordam a temática inclusiva dos alunos surdos através da elaboração de alguns fichamentos de artigos científicos, Parâmetros Curriculares Nacionais, trabalhos de conclusão de curso, e livros que embasam nossa pesquisa.

Para fundamentação teórica desta monografia que tem como tema “A inclusão de alunos surdos nas escolas públicas”, utilizou-se autores que trabalham a temática de inclusão, educação especial, educação bilíngue, a lei 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a língua de sinais brasileira, e, mais recente, o Decreto 5626/05, que regulamenta a lei para que o aluno surdo seja acompanhado por um intérprete.

Dentre os autores estão Schubert (2015), Doutora e mestre em Educação; Strobel (2009), surda, pedagoga e doutora em Educação; e Lodi (2014), fonoaudióloga, mestre em Educação, doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, que contribuiram para nossa pesquisa por suas obras e por sua formação na área da educação inclusiva.

Em relação à pesquisa ser de cunho qualitativa, PRODANOV afirma que: “Pesquisa qualitativa, é um método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade, pois considera que os fatos não podem ser relevados fora de um contexto social, político, econômico.” (2013, p. 34). Partindo desse pressuposto, a pesquisa qualitativa está relacionada a compreender e interpretar determinados

comportamentos, as opiniões e as expectativas dos indivíduos de uma população, gerando análises mais profundas em relação ao assunto estudado.

Nossa pesquisa enquadra-se nesse conceito, uma vez que levamos em consideração a realidade do ensino para surdos em escolas públicas, notando a importância da educação e da Libras como meio de participação e inclusão social.

Sobre o quesito político, cabe evidenciar as citações de leis apresentadas no trabalho, que foram elaboradas para garantir os direitos básicos da comunidade surda. Por conseguinte, o lado econômico não foi priorizado, todavia, foi notável no estudo do contexto histórico da educação dos surdos, como aqueles que detinham poder e dinheiro tiveram o primeiro acesso a uma educação, embora não fosse inclusiva, mas de integração, os alunos surdos tiveram oportunidade de aprender ler e escrever.

## **2.1 Contextualização da pesquisa**

A motivação para a realização deste trabalho de conclusão de curso partiu primeiramente ao observar que teria Libras na matriz curricular do curso de Letras, o que despertou curiosidade na pesquisadora no sentido de saber como ocorreria a comunicação entre o professor da disciplina, pois seria alguém surdo.

Segundamente, após dar início aos estudos sobre esta língua, apareceram vários questionamentos a respeito das implicaturas que poderiam acarretar no aprendizado de um aluno surdo se este não fosse alfabetizado na LS. Por conseguinte, essa reflexão veio seguida de inquietações sobre a necessidade de se falar do uso da Libras e o apoio do intérprete na mediação escolar.

Portanto, esta pesquisa contribuiu para a formação acadêmica em licenciatura, pois levou à reflexão sobre a possibilidade de futuramente ter, em sala de aula, um aluno surdo. Ter conhecimento sobre as necessidades de inclusão deste aluno e a importância de construir uma relação professor-aluno, pode ser um caminho para a obtenção de um melhor resultado no processo de ensino e aprendizagem. Ademais, por meio desta monografia, espera-se motivar futuros professores, ou mesmo professores atuantes, a refletir sobre a prática pedagógica e a necessidade de uma metodologia bilíngue para o surdo, uma vez que desta maneira, valorizamos a língua materna e praticamos efetivamente uma educação inclusiva.

Compreende-se que esta monografia se faz relevante para o meio acadêmico e científico, pois a universidade é o lugar propício para discussões e produção de pesquisa que envolva a sociedade, os direitos dos cidadãos, debates sobre a educação, além disso, o meio acadêmico é o espaço para questionamentos e exposição de problemas que nos desafiam.

Neste intuito, este trabalho foi produzido e organizado de maneira a levar o leitor a refletir sobre a importância da Libras na educação escolar pública e conhecer, mesmo que em síntese, sobre a história da educação dos surdos, o histórico da educação escolar voltada para esta comunidade, perpassando pelas leis já homologadas, conquistas de expressiva importância para os surdos. Todavia, nota-se ainda os desafios que temos para superar até que os surdos possam ter uma educação bilíngue, que privilegie sua língua.

No capítulo seguinte, há a abordagem sobre a história da educação do surdo no Brasil, os direitos constitucionais, e a importância de uma educação inclusiva aos surdos.

## **CAPÍTULO 03 – EDUCAÇÃO DO SURDO NO BRASIL**

Apesar das várias conquistas mencionadas no decorrer do trabalho, neste capítulo ainda veremos a luta dos surdos pelo direito à educação e à inclusão escolar, proposta pelo Ministério da Educação e Secretaria da Educação Especial. CAMPOS (2014) reafirma o compromisso com a inclusão nas escolas, para que seja cumprida a lei da inclusão, evitando assim a exclusão dos alunos surdos, quebrando barreiras e preconceitos em nossa sociedade.

Em 1855, deu início a história do ensino do surdo no Brasil, com a contribuição valorosa do professor Eduard Huet, como é citado por SCHUBERT (2015):

Em 1855, o Brasil dá início efetivamente ao ensino de surdos; conforme publicações do INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos) Eduard Huet, professor francês, surdo congênito, ex aluno do INJS (Instituto Nacional de Jovens Surdos) Paris, chegou ao Brasil em 1855, com intenção de fundar uma casa de abrigo e ensino para surdos. (p. 106).

Devido ao grande número de pessoas surdas, surgiu a necessidade da criação de uma escola especializada, onde pudessem ter uma base sólida, aprendendo a ler e a escrever. Foi então que fundaram o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, que, após atualizações, passou a se chamar Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, como menciona SCHUBERT:

No dia 26 de setembro de 1857, foi fundada a primeira escola para surdos no Rio de Janeiro, chamado a princípio de “Imperial Instituto dos Surdos-Mudos”, depois de algumas alterações, hoje é denominado de “Instituto Nacional de Educação de Surdos” – INES. (2015, p. 107).

Após a criação dessa escola no Brasil, vários profissionais de diversas partes do país buscaram qualificação no Instituto. E os surdos, ex-alunos, somaram conhecimentos da Língua de Sinais Francesa (LSF), com os poucos sinais usados no Brasil, surgindo assim a Língua Brasileira de Sinais, como relata o autor:

Foi no instituto que os iniciadores da educação dos surdos de diversos estados buscaram a formação na área, e os ex- alunos surdos difundiram a mistura da LSF - língua de sinais francesa – com os sinais já usados pelo povo surdo brasileiro, originando a Língua de Sinais Brasileira, também chamada de Libras. (SCHUBERT, 2015, p. 107).

Não existe escola de surdos em todas as cidades do Brasil, e isso gera um debate a respeito de propostas diferenciadas para a educação que alcance todos os indivíduos surdos. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), existe cerca de 9.722.163 pessoas com algum problema de surdez e que necessitam de aprendizagem. Não só aprendizagem, de acordo com Campos, a política de incluir, abrange também o acesso a espaços sociais, como hospitais, bancos, restaurantes, empresas, órgãos públicos e igrejas. Há uma série de leis que regulamentam a educação dos surdos na língua de sinais e acessibilidade de comunicação, como cita LODI (2014):

(...) Para tal, defende-se a inclusão de todos os alunos na rede regular de ensino, inclui os considerados com necessidades educacionais especiais, cabendo as escolas se organizar para o atendimento, assegurando condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (p.165).

A educação dos indivíduos surdos, denominada educação inclusiva, é um tema bastante desafiador, exigindo conhecimento e desenvoltura dos profissionais atuantes na área, como afirma CAMPOS:

O tema relacionado á educação inclusiva é o mais polêmico e inquietante para nós, comunidade surda (alunos surdos, seus familiares, professores surdos, professores bilíngues e intérpretes), bem como para professores que não tem domínio da língua e coordenadores, devido ás condições culturais, históricas, educativas e linguísticas que estão em jogo. (2014, p. 37).

### **3.1 Congresso de Milão 1880**

É importante abordarmos sobre o segundo congresso que entrou para a história dos surdos. Primeiramente, em Paris, em 1878, ocorreu o I Congresso Internacional de Surdos-Mudos que estabeleceu o uso da língua de sinais nas séries iniciais e a leitura labial como melhor método para a educação dos surdos, mas que durou apenas dois anos. Em seguida, no ano de 1880, em Milão-Itália, ocorreu o II Congresso Mundial de Surdos-Mudos que resultou em consequências drásticas na história da educação.

Promoveram uma votação, que definiu o método oral puro como melhor forma para a educação das pessoas surdas, e aboliram o uso da Língua de Sinais. Vale ressaltar que, neste congresso, estavam presentes ouvintes especializados em surdez que, muito antes deste evento, defendiam o prevalecimento do oralismo puro. (HONORA; FRIZANCO, 2009).

Ficou nítido, neste período da história, quanto a relação de poder a que estavam submetidos os surdos, principalmente aos ouvintes, pois foram os únicos a



serem levados em consideração para decidirem sobre algo tão importante quanto a educação da comunidade surda, como aponta STROBEL:

Na ocasião de votação na assembléia geral realizada no congresso todos os professores surdos foram negados o direito de votar e excluídos, dos 164 representantes presentes ouvintes, apenas 5 dos Estados Unidos votaram contra o oralismo puro. (2009, p. 26).

Vale ressaltar que apenas um surdo participou do congresso, mas não teve direito de voto, sendo convidado a se retirar da sala de votação. Com isso, houve uma desvalorização da Língua de Sinais e, conseqüentemente, com a proibição, uma evasão de alunos e professores surdos das escolas, pois muitos sofriam represálias ao relutar contra a determinação das autoridades. (DILLI, 2010). Este congresso foi um marco importante para se perceber a importância de pessoas surdas serem alfabetizadas em sua língua materna para possibilitar no futuro o domínio de uma segunda língua. Como CARMOZINE e NORONHA sustenta:

Vale ressaltar que a língua de sinais é gestual e não oral como as outras línguas. Neste caso, torna-se de primordial importância que o surdo tenha contato com a Libras desde cedo, pois só se pode aprender uma segunda língua quando há o domínio da primeira. O surdo, ao ser introduzido à sua língua primeira cria condições para que se possam sedimentar outras línguas, no caso a língua portuguesa que faz parte do macrogrupo em que se encontra inserido. (2012, p. 30)

Vale evidenciar que as decisões tomadas e aprovadas no Congresso de Milão foram aplicadas na educação pública brasileira.

### **3.2 Legislação**

No que diz respeito à educação, a lei n. 10.436 regulamentou, em 24 de abril de 2002, o reconhecimento da Libras como meio legal de comunicação, uma língua com estrutura própria. E determina no Art. 4º que:

(...) o sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs. (BRASIL, 2002)

Essa conquista foi de fundamental importância para alunos surdos e professores em formação, visto que os acadêmicos, ao terem contato com a Libras

antes de chegar às salas de aula, sentem-se mais preparados para lecionar para alunos surdos. Vale mencionar também que a disciplina de Libras é muito importante para a quebra de estigmas que muitos membros da sociedade têm em relação aos alunos surdos.

Quanto ao benefício para os alunos da educação básica escolar, estes recebem professores mais sensíveis a suas necessidades, afinal, para haver educação realmente inclusiva, o aluno precisa ser levado em conta.

Ainda na área da educação, foi contemplado o decreto nº 5.626, de 22 de setembro de 2005, que trata da inclusão da Libras como disciplina obrigatória em matérias de Licenciaturas do país:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 2005).

O primeiro curso de graduação em LETRAS/LIBRAS no país nas modalidades presencial e à distância, surgiu na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 2006, com o objetivo de formar professores com proficiência em Letras e Libras. Contou com 500 vagas e a parceria de nove instituições de ensino superior públicas. (MEC, 2006).

Em 1º de Setembro de 2010 foi criada a Lei nº 12.319/10 que “(...) regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.” (BRASIL, 2010). Tal lei foi de grande valia para falarmos sobre inclusão nas escolas, pois ela garante, através do intérprete, um apoio para a socialização e integração do indivíduo surdo no âmbito escolar.

Neste capítulo, constatamos o início da história dos surdos no Brasil, os primeiros direitos conquistados e a importância de assegurar esses direitos para uma educação inclusiva. No próximo, será aprofundada a relevância da educação inclusiva, com a notoriedade do bilinguismo, o uso da Libras e da Língua Portuguesa nas salas de aula com alunos surdos.

## CAPÍTULO 04 – INSERÇÃO DO SURDO NAS ESCOLAS

Após tantos anos submetidos a torturas e à imposição do oralismo, os surdos finalmente obtiveram o direito através da lei 10. 436/2002 que reconheceu a Libras como uma língua adequada para o ensino e a aprendizagem do surdo, já que esta é sua primeira língua (L1) sendo a Língua Portuguesa sua segunda língua (L2).

“Sem dúvida, é impensável a inclusão escolar de surdos que não considere a língua de sinais.” (LODI, 2012, p. 338). Diante dessa afirmação, podemos notar a evolução do pensamento sobre a Libras, como os preconceitos sobre esta língua foram superados, mas isto não significa que, nos dias atuais, os surdos não enfrentem problemáticas em seu convívio em sociedade. Infelizmente, ainda há muito o que ser aprimorado a respeito dos direitos dos surdos e deveres, principalmente nas escolas.

Ao tratarmos sobre a educação dos surdos, não podemos deixar de mencionar sobre a declaração de Salamanca elaborada em 1994, um documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial que visa a inclusão social. Esta declaração defende que:

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas. (p. 03).

A aprovação deste documento representa um avanço para a educação pública, uma vez que, anos atrás, em 1880, no Congresso de Milão, a Língua de Sinais foi inferiorizada. Contudo, após a criação deste documento, torna-se obrigatório o reconhecimento da Libras, esta é uma atitude que deu visibilidade para a comunidade surda e sua inserção no âmbito educacional.

Dentre as leis e decretos que garantem o direito de inclusão ao surdo, o decreto 5626/05 é de suma importância para seu ensino e aprendizagem, pois assegura ao surdo, no âmbito escolar, o direito a um intérprete de língua de sinais para auxiliar e ser mediador em sua comunicação (SCHUBERT, 2015). É imprescindível a valorização da LS ao tratarmos sobre a inclusão, já que é uma questão essencial e insubstituível para que o indivíduo surdo conquiste independência e integração cidadã, visto que é através da sua língua que é possível alcançar condições de igualdade perante uma sociedade ouvinte (LODI, 2012).

Diante do conceito “Educação para todos” (A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura -UNESCO), o surdo precisa/deve ter acesso à educação inclusiva, como todos os demais têm direito, em sua própria língua e sem preconceitos no ambiente em que estiver inserido. LACERDA (2006) reforça que:

A inclusão apresenta-se como uma proposta adequada para a comunidade escolar, que se mostra disposta ao contato com as diferenças, porém não necessariamente satisfatória para aqueles que, tendo necessidades especiais, necessitam de uma série de condições que, na maioria dos casos, não têm sido propiciadas pela escola. (p.166).

#### **4.1 Formação do intérprete**

Algo importante que deve ser mencionado nesse tópico é que, a criação da lei que reconhece a Libras como uma língua em 24 de abril de 2002, trouxe consigo o reconhecimento da profissão de Tradutor Intérprete de Língua de Sinais (TILS) no Brasil, o que oportunizou várias pessoas no mercado de trabalho, já que as escolas foram obrigadas a criar um meio de comunicação entre os alunos surdos, como assegura a lei. Para isso, as instituições de ensino tiveram que se adequar aderindo ao profissional intérprete para poderem oferecer um acesso linguístico aos seus alunos.

Estes profissionais surgiram no Brasil nos anos 80 e logo começaram a organizar encontros importantes no país, como relata QUADROS (2004):

Presença de intérpretes de língua de sinais em trabalhos religiosos iniciados por volta dos anos 80. Em 1988, realizou-se o I Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais organizado pela FENEIS que propiciou, pela primeira vez, o intercâmbio entre alguns intérpretes do Brasil e a avaliação sobre a ética do profissional intérprete. Em 1992, realizou-se o II Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais, também organizado pela FENEIS que promoveu o intercâmbio entre as diferentes experiências dos intérpretes no país, discussões e votação do regimento interno do Departamento Nacional de Intérpretes fundado mediante a aprovação do mesmo. (p. 15).

Com o passar dos anos, os intérpretes foram evoluindo e conquistando espaço na sociedade. Nos anos 90, criaram várias unidades de intérpretes da FENEIS no Brasil, neste espaço podiam dividir e compartilhar suas experiências como profissional intérprete.

Nos dias atuais, para exercer esta profissão é possível encontrar vários meios para capacitação como uma formação acadêmica em Letras/ Libras ou vice-versa. Em cursos de licenciaturas, a Libras está presente na grade curricular e cursos

profissionalizantes são ofertados em níveis que vão do básico ao avançado, os quais, para muitas instituições, já são válidos para o exercício da função. Mas ao falar deste profissional, é importante abordarmos sobre a ética que deve acompanhar o intérprete. QUADROS (2004) identifica os seguintes pontos:

- a) confiabilidade (sigilo profissional);
- b) imparcialidade (o intérprete deve ser neutro e não interferir com opiniões próprias);
- c) discrição (o intérprete deve estabelecer limites no seu envolvimento durante a atuação);
- d) distância profissional (o profissional intérprete e sua vida pessoal são separados);
- e) fidelidade (a interpretação deve ser fiel, o intérprete não pode alterar a informação por querer ajudar ou ter opiniões a respeito de algum assunto, o objetivo da interpretação é passar o que realmente foi dito). (p.28).

Esses pontos diferem da atuação do intérprete em relação à função do professor, pois o primeiro está ali apenas para intermediar uma comunicação, não sendo capacitado para atuar como professor em sala de aula. Mas, infelizmente, o que ocorre muitas vezes é uma confusão na sua atuação e comunicação entre ambas as partes; como enfoca o autor:

Muitas vezes, o papel do intérprete em sala de aula acaba sendo confundido com o papel do professor. Os alunos dirigem questões diretamente ao intérprete, comentam e travam discussões em relação aos tópicos abordados com o intérprete e não com o professor. O próprio professor delega ao intérprete a responsabilidade de assumir o ensino dos conteúdos desenvolvidos em aula ao intérprete. Muitas vezes, o professor consulta o intérprete a respeito do desenvolvimento do aluno surdo, como sendo ele a pessoa mais indicada a dar um parecer a respeito. (QUADROS, 2004, p. 60)

Estes são fatos corriqueiros nas escolas públicas. O aluno que não compreende qual a função daquele indivíduo que, para ele se assemelha a um “professor”, e o professor que não ensina diretamente seu aluno utilizando uma metodologia diferente, adequada para suas necessidades, passando essa responsabilidade ao intérprete que, por sua vez, não se vê capacitado como um professor para ensinar. Atualmente, se ouve falar muito em políticas públicas, direitos iguais, inclusão entre as diferenças, mas, se analisado a fundo, esta inclusão se adequa mais à integração, pois os deficientes é que estão se adaptando à sociedade e não o contrário.

Ainda sobre a função do intérprete e sua retidão para que ocorra uma boa relação e esta traga resultados satisfatórios para o ensino e aprendizado do aluno surdo, LODI enfatiza que:

Nele está contida a necessidade da imparcialidade e dos cuidados em não se confundir com o professor, que é o único responsável pela avaliação dos surdos. Ao atuar sem conhecer a sua função, o intérprete pode causar prejuízo ao aluno em sua escolarização. Por isso, ele não pode esquecer que em sua atuação não deve exercer influência pessoal. (2012, p. 327)

Portanto podemos observar que há uma grande diferença entre a função entre professor e intérprete, em que, o intérprete tem apenas a função de transmitir a mensagem/conteúdo de quem está qualificado para instruir e formar o aluno; o professor regente em sala de aula.

## **4.2 Formação do professor**

Durante os cursos de graduação em licenciatura, é de suma importante ter na matriz curricular a disciplina de Libras, pois esta contribui para a capacitação do futuro professor, para que este profissional não encare um aluno surdo como coitadinho, limitando e subestimando suas capacidades de aprendizagem. LODI (2012) traz em seu livro o relato de um caso que ocorreu em sala de aula, em que um aluno surdo foi incluído em um grupo de apresentação, mas não foi informado o que seria feito na dinâmica (no caso, uma demonstração de sentimento) e só ficou sabendo o dia da apresentação no ato.

O aluno surdo, por não compreender do que se tratava, não soube o que fazer e a professora, ao perceber, logo o tratou de forma discriminatória, apelidando e dispensando o aluno da atividade evitando a orientação necessária. Conformou-se em apenas atribuir-lhe uma nota qualquer. Este caso demonstra o tipo de perspectiva da professora em relação a esse aluno:

A forma pejorativa de a professora se referir ao aluno – “o bichinho”-, deixa claras as expectativas negativas, de menos valia, que ela atribui ao aluno surdo. (LODI, 2012, p. 324).

A presença de um intérprete, nesse caso, seria de extrema importância para a inclusão deste aluno em sala de aula, provavelmente o aluno surdo estaria mais preparado e munido de confiança para realizar o que se pedia na atividade.

Inclusão não se trata apenas de aceitar no âmbito escolar pessoas surdas, por exemplo, convivendo com ouvintes. Isso não é suficiente para levantar a bandeira da inclusão. Esses indivíduos precisam de uma educação diferente, que abranja suas necessidades. É possível matricular um aluno cadeirante em uma escola que não tem

rampa e achar que isso é inclusão? Para o surdo, o intérprete é a rampa de acesso à educação. REIS e ROSS (2018) retratam bem o que esperamos da inclusão:

A escola capacita seus professores, prepara-se, organiza-se e adapta-se para oferecer educação de qualidade para todos, inclusive, para os educandos com necessidades especiais... Inclusão, portanto, não significa simplesmente matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e a escola o suporte necessário à sua ação pedagógica. (p. 11).

Ademais, nosso trabalho traz para o ambiente acadêmico a discussão da necessidade dos grupos que possuem minoria linguística, contribuindo para reflexão de nosso meio social e educacional, uma vez que os cursos de formação de professor realmente necessitam abranger, em sua grade, os contextos sociais e linguísticos que teremos futuramente em sala de aula.

### **4.3 Educação bilíngue**

“A definição de bilíngue é denominada para identificar uma pessoa que domine duas línguas, tanto na fala quanto na escrita e leitura.” (BARBOSA, 2011, p. 37). O bilinguismo traz uma proposta educacional que possibilita ao aluno surdo utilizar em seu ensino e aprendizagem a língua de sinais como sua língua materna e o português como sua segunda língua. Esta é a proposta mais adequada para o desenvolvimento do surdo, esta metodologia se adequa às necessidades e direitos dos alunos com surdez, possibilitando futuramente a integração deste aluno na sociedade. GUARINELLO (2007) frisa que:

De fato, estudos têm apontado que essa proposta é a mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como natural e se baseia no conhecimento dela para o ensino da língua majoritária, preferencialmente na modalidade escrita. (p. 45).

O direito pelo qual os surdos ainda lutam é pela proposta do ensino bilíngue nas escolas públicas, em que o ensino com a língua de sinais teria início no ensino fundamental para o aluno surdo do 1º ao 5º ano; em seguida, do 6º ano ao ensino médio se iniciaria o ensino da Língua Portuguesa como L2 e, a partir daí, a conciliação do uso das duas línguas.

A Libras no ensino fundamental seria uma metodologia primordial para o início do desenvolvimento do indivíduo surdo. Após o aluno obter domínio da sua primeira

língua, ele poderia partir para o domínio da sua segunda língua no ensino médio com o ensino do professor e o auxílio do intérprete.

Para que fique claro, é de suma importância priorizar para a educação do surdo primeiramente a L1 e, em seguida, a L2. O que geralmente ocorre é o aluno não ser alfabetizado na Libras no ensino fundamental e, ao chegar na escola, ele se depara com um intérprete que irá se comunicar através de uma língua que, às vezes, ele não tem conhecimento. Então, como é possível esse aluno compreender a Libras ou a Língua Portuguesa sem ter domínio de ambas? Para tanto, BARBOSA (2011) ressalta que:

Consequentemente, serão abertas as portas para os multimeios de aprendizagem, ampliando as perspectivas bilíngües para surdos e ouvintes. Portanto o bilingüismo é uma nova proposta de habilidade de ensino usada para tornar acessível às duas línguas (português e libras) no contexto escolar a fim de atender o aluno com surdez. (p. 38).

Esta proposta se baseia no fato do surdo viver em uma situação bicultural; a inclusão da Libras ressalta a valorização da língua e a cultura dessa comunidade.



## 5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou explicar a necessidade da utilização da Língua Brasileira de Sinais nas escolas públicas como L1 para a formação do aluno surdo em seu aprendizado e desenvolvimento, como sujeito no meio social. Somente com o uso da Libras para alunos surdos teremos de fato uma educação inclusiva, valorizando a língua materna da comunidade surda. Desta maneira, garantindo os direitos constitucionais já aprovados.

No decorrer dos capítulos, apresentamos a historicidade da educação escolar de alunos surdos, seus desafios e conquistas. Contudo, ressaltamos também que ainda há muito o que ser feito: o aprimoramento da formação de professores, maior número de cursos para formação de intérprete, e uma educação bilíngue, por exemplo, são meios que contribuirão para uma melhor formação escolar dos alunos surdos.

Através de uma pesquisa bibliográfica concluímos que apesar do aluno surdo estar fisicamente presente em muitas salas de aula, o mesmo não pode ser considerado incluso no âmbito educacional, pelo fato de não ter acesso a algo primordial para sua educação, que é a Libras (a língua mais apropriada para a formação e inclusão escolar do aluno surdo). Analisamos a negligência quanto as suas necessidades na sala de aula e observamos uma grande dependência do aluno surdo em relação ao intérprete no seu cotidiano escolar.

Vale ressaltar que a inclusão se faz tão importante, pois contribui para que o aluno surdo se sinta preparado para os desafios de viver em sociedade. Uma vez que a falta de profissionais capacitados para a educação bilíngue para surdos provoca a evasão escolar ou uma formação incompleta, impossibilitando a estes alunos estabelecer uma comunicação, de ingressarem no ensino superior, ou poderem usufruir direitos básicos como: lazer, saúde e emprego. Ou ainda realizarem atividades básicas como, usar caixa eletrônico, votar e fazer compras. Coisas que para ouvintes são situações corriqueiras e práticas para os ouvintes são grandes desafios todos os dias.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 25 abril 2002. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm)> Acesso em: 15 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.319, de 01 de setembro de 2010. Regulamenta sobre a profissão intérprete. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 01 de setembro de 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm)> Acesso em: 15 de outubro de 2018

BARBOSA, Diorama Emília de Souza. **Libras (Língua Brasileira De Sinais): E sua Importância na Formação Acadêmica do Professor**. Aparecida de Goiânia - GO 2011, 63 p.

**Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien- Tailândia, 1990. Disponível em [https://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10230.htm](https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm)> Acesso em: 07 de outubro de 2018.

DILLI, Karoline Silveira. **A inclusão do surdo na educação brasileira**. Florianópolis-SC, 2010, 83p.

**Disponível em** <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/205-1349433645/5871-sp-245681699> Acesso em: 14 de outubro de 2018.

**Declaração de Salamanca**. Conferência Mundial sobre Educação Especial. Espanha.1994. (Documento)

**Educação para todos**.[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei8069\\_02.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei8069_02.pdf)> Acesso em: 08 de outubro de 2018.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo–SP, 2009, 87 p.

GUARINELLO, Ana Cristina. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos**. São Paulo: Plexus, 2007, 152 p.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais**. 2009, 352 p.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência**. DE. Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 69, maio/ago. 2006 p. 163-184

\_\_\_\_\_, Cristina Broglia Feitosa e MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. **Educação inclusiva bilíngue para surdos: problematizações acerca das políticas**

**educacionais e linguísticas..** Rev. educ. PUC-Camp. Campinas, 21(2):163-178, maio/ago. 2016

LODI, Ana Claudia (Org); MELO, Ana Dorziat B (Org) Fernandes, Eulália (Org). **Letramento, Bilinguismo e Educação de Surdos** 1ª. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2012. 391 p.

Michelle M. CARMOZINE e NORONHA, Samanta C. C. **Surdez e Libras. Conhecimento em suas mãos.** 2012, 109 p.

PRODANOV, Cleber Cristiano e FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Científico.** 2ª ed. Novo Hamburgo Feevale, 2013, 275 p.

QUADROS, Ronice Muller. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos** - Brasília: MEC; SEESP, 2004. 94 p.

Saint-Exupèry Antoine de, **O Pequeno Príncipe.** Editora: Agir. São Paulo, 2004. 48 p.

STROBEL, Karin. **História da Educação de Surdos.** Universidade Federal de Santa Catarina Licenciatura em Letras-LIBRAS na modalidade a distância. UFSC.

SCHUBERT, Silvana Elisa de Moraes. **Entre a Surdez e a Língua: Outros Sujeitos, Novas Relações (desvelando sentidos e significados).** Curitiba. Ed Prismas, 2015. 268p.